

Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 2026.06.26.002



Unidade responsável
Gabinete do Prefeito
Prefeitura Municipal de Chorozinho



Data
29/07/2026



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente instrumento tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada no fornecimento de Sistema de Telefonia Digital (PABX) baseado em Servidor IP (Serviços de Telefonia VoIP), contemplando software para gerenciamento da plataforma IP, equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, suporte técnico e manutenção, destinado ao tráfego de chamadas locais e de longa distância entre a Rede Pública de Telefonia, visando atender às necessidades do Paço Municipal, junto ao Gabinete da Prefeita do Município de Chorozinho/CE.

A referida contratação justifica-se pela necessidade de modernização da infraestrutura de telecomunicações da Administração Municipal, proporcionando maior eficiência, confiabilidade, segurança e continuidade na comunicação institucional entre os diversos setores do Paço Municipal, bem como nas comunicações externas com órgãos públicos, fornecedores, demais entidades governamentais e a população.

As atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Prefeita e pelos setores administrativos instalados no Paço Municipal demandam sistema de telefonia moderno, estável e continuamente disponível, especialmente para:

- Comunicação institucional entre os diversos órgãos da Administração Municipal;
- Atendimento ao público e aos cidadãos;
- Comunicação com órgãos estaduais, federais e demais instituições públicas;
- Agilidade na tomada de decisões administrativas e no fluxo interno de informações;



- Suporte às atividades de gestão, coordenação e acompanhamento das ações governamentais.

A inexistência de solução tecnológica adequada para os serviços de telefonia compromete diretamente:

- A eficiência da comunicação institucional;
- A continuidade dos serviços administrativos;
- A qualidade do atendimento prestado à população;
- A integração entre os diversos setores da Administração Municipal;
- A produtividade das atividades administrativas.

Cumprе destacar que os serviços de telefonia constituem atividade de natureza contínua e essencial ao funcionamento da Administração Pública, exigindo solução tecnológica confiável, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, bem como disponibilidade permanente dos equipamentos e da infraestrutura necessária ao pleno funcionamento do sistema.

Ademais, a Administração Municipal não dispõe de equipe técnica especializada nem de infraestrutura própria para implantação, gerenciamento, atualização e manutenção de sistema de telefonia IP (VoIP), tornando necessária a contratação de empresa especializada, com comprovada capacidade técnica e operacional para execução integral dos serviços.

Dessa forma, a contratação pretendida visa:

- Implantar solução moderna de telefonia digital baseada em tecnologia IP (VoIP);
- Garantir comunicação eficiente entre os setores do Paço Municipal e com a rede pública de telefonia;
- Disponibilizar equipamentos em regime de comodato, reduzindo custos de investimento em infraestrutura;
- Assegurar suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual;
- Proporcionar maior eficiência administrativa, qualidade dos serviços e continuidade das comunicações institucionais;
- Otimizar a utilização dos recursos públicos mediante adoção de solução tecnológica moderna, economicamente vantajosa e de elevada disponibilidade.

A presente demanda encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a modernização da infraestrutura tecnológica da Administração Municipal e para o aprimoramento da gestão pública do Município de ChoroZinho/CE.

2. ÁREA REQUISITANTE



Área requisitante	Responsável
Gabinete do Prefeito	LARA MAYARA SILVA COSTA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente necessidade de contratação visa atender à demanda institucional do Paço Municipal de Chorozinho/CE, onde se almeja implementar um sistema de telefonia digital baseado em tecnologia VoIP. Esta necessidade surge a partir da identificação da insuficiência de infraestrutura de comunicação para o pleno funcionamento das atividades administrativas, fundamentais para a eficiência da gestão pública e o aprimoramento dos serviços prestados à população. Tal necessidade é sustentada por indicadores de desempenho que evidenciam a crescente demanda por comunicações mais eficientes e a redução de custos operacionais via centralização e digitalização dos sistemas telefônicos.

Conforme os requisitos mínimos definidos, a contratação deverá basear-se em padrões claros de qualidade e desempenho, capazes de suportar o tráfego eficiente de chamadas locais e de longa distância, incluindo software capaz de gerenciar a plataforma IP e equipamentos fornecidos em regime de comodato. Esses critérios são tecnicamente justificados pela necessidade de garantir uma comunicação eficiente e confiável, conforme preceituam os princípios da eficiência e economicidade delineados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Os padrões de qualidade e métricas objetivas deverão ser mensuráveis, e, sempre que possível, incluirão capacidades específicas e prazos mínimos verificáveis.

A possibilidade de utilização de um catálogo eletrônico de padronização foi analisada, todavia, observou-se a ausência de itens compatíveis com as exigências específicas para a plataforma IP e tecnologia VoIP, o que justificou a não adoção desse mecanismo. A vedação de marca ou modelo específico é regra, permitindo indicação apenas quando tecnicamente justificada, assegurando a competitividade no processo licitatório. Ademais, o objeto não se caracteriza como bem de luxo, conforme o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, adequando-se, portanto, à orientação regulamentar vigente.

Relacionado aos aspectos de sustentabilidade, serão consideradas diretrizes nacionais, como a redução de resíduos e o uso de materiais recicláveis, conforme compatibilidade com os requisitos técnicos e operacionais desta contratação. A entrega e execução eficiente, suporte técnico qualificado e, se aplicável, a prova de conceito integrada, são exigências tácitas para garantir a eficácia sem sobrecarga administrativa.

Os requisitos estabelecidos orientam o levantamento de mercado, visando identificar fornecedores que atendam aos padrões técnicos mínimos e condições operacionais exigidos. A flexibilidade na adaptação desses requisitos será analisada, quando necessário, para evitar qualquer restrição à competitividade, desde que se garanta a adequação à necessidade identificada.

Por fim, os requisitos definidos no Estudo Técnico Preliminar derivam das



especificações constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e são totalmente congruentes com as disposições da Lei nº 14.133/2021, especificamente, nos artigos 5º, 18 e 20. Tais requisitos servirão de alicerce técnico para o levantamento de mercado subsequente, assegurando a escolha da solução mais vantajosa para a administração pública.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, constitui etapa essencial para o adequado planejamento da contratação, visando identificar as soluções disponíveis no mercado, prevenir práticas antieconômicas e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 do referido diploma legal.

No caso em análise, verifica-se que o objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum, consistente no fornecimento de Sistema de Telefonia Digital (PABX) baseado em Servidor IP (Serviços de Telefonia VoIP), contemplando software para gerenciamento da plataforma IP, fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como o tráfego de chamadas locais e de longa distância entre a Rede Pública de Telefonia, destinado ao atendimento das necessidades do Paço Municipal, junto ao Gabinete da Prefeita do Município de ChoroZinho/CE.

Para a realização do levantamento de mercado, foram utilizadas múltiplas fontes de pesquisa, garantindo maior confiabilidade e aderência aos preços praticados no setor, dentre as quais destacam-se:

- Consultas diretas a empresas especializadas em soluções de telefonia IP (VoIP), PABX em nuvem e comunicações unificadas, evidenciando ampla concorrência, diversidade de fornecedores e capacidade técnica compatível com as necessidades da Administração;
- Análise de contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente por municípios de porte semelhante, permitindo identificar modelos de contratação, soluções tecnológicas e valores praticados;
- Consulta a sistemas oficiais de referência de preços, tais como o Painel de Preços do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais bases oficiais de contratações públicas, possibilitando aferição de parâmetros compatíveis com o mercado.

A pesquisa evidenciou que as soluções de telefonia IP encontram-se amplamente difundidas no mercado nacional, sendo ofertadas por diversas empresas especializadas, o que favorece a competitividade do certame e amplia as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Do ponto de vista tecnológico e de inovação, observou-se a crescente utilização de:

- Plataformas de Telefonia IP (VoIP) baseadas em protocolo SIP;
- Sistemas PABX IP com gerenciamento remoto e interface web;
- Equipamentos fornecidos em regime de comodato;
- Soluções em nuvem (Cloud PBX);
- Recursos de monitoramento, gravação, filas de atendimento, URA, conferências e gerenciamento centralizado;
- Ferramentas que proporcionam maior disponibilidade dos serviços e redução dos custos operacionais de telefonia.

A análise comparativa das alternativas disponíveis considerou critérios técnicos, econômicos e operacionais, destacando-se:

- Contratação de empresa especializada para fornecimento da solução completa (software, equipamentos em comodato, instalação, suporte técnico e manutenção);
- Aquisição definitiva dos equipamentos e contratação separada dos serviços de manutenção;
- Execução direta pela Administração.

A hipótese de execução direta foi afastada em razão da inexistência de infraestrutura tecnológica, equipamentos específicos, licenciamento de software e equipe técnica especializada para implantação, gerenciamento e manutenção de sistema de telefonia IP no âmbito da Administração Municipal.

Da mesma forma, a aquisição definitiva dos equipamentos mostrou-se menos vantajosa, tendo em vista os elevados custos iniciais de investimento, a necessidade de futuras atualizações tecnológicas, despesas permanentes de manutenção e riscos de obsolescência dos equipamentos.

Por sua vez, a contratação de empresa especializada para fornecimento da solução completa em regime de comodato revelou-se a alternativa mais vantajosa, considerando:

- Maior eficiência operacional;
- Redução dos investimentos iniciais em infraestrutura tecnológica;
- Atualização permanente dos equipamentos durante a vigência contratual;
- Disponibilidade contínua de suporte técnico especializado;
- Manutenção preventiva e corretiva incluídas na contratação;
- Maior disponibilidade dos serviços de telefonia;
- Melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

Além disso, considerando que os serviços de telefonia possuem natureza contínua e constituem atividade essencial ao funcionamento do Paço Municipal e do Gabinete da Prefeita, a contratação de solução integrada proporciona maior confiabilidade, estabilidade operacional e eficiência na gestão da comunicação institucional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema de Telefonia Digital (PABX) baseado em Servidor IP (VoIP), com software de gerenciamento da plataforma IP, equipamentos em comodato, instalação, suporte técnico e manutenção, representa a solução mais adequada,



garantindo economicidade, eficiência, continuidade dos serviços públicos e atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a pesquisa de preço acostada aos autos do processo administrativo, a despesa será estimada no valor total de R\$ R\$ 2.568,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), 0201.04.122.0058.2.003 - Gerenciamento do Gabinete do Prefeito, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903993 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 2.568,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de Sistema de Telefonia Digital (PABX) baseado em Servidor IP (Serviços de Telefonia VoIP), contemplando software para gerenciamento da plataforma IP, fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, treinamento operacional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os serviços necessários ao pleno funcionamento da solução, destinada ao tráfego de chamadas locais e de longa distância entre a Rede Pública de Telefonia e o Paço Municipal, visando atender às necessidades do Gabinete da Prefeita do Município de Chorozinho/CE.

A contratação visa disponibilizar uma solução moderna e integrada de comunicação corporativa, proporcionando maior eficiência, confiabilidade, segurança e disponibilidade dos serviços de telefonia utilizados pelo Gabinete da Prefeita e pelos demais setores administrativos instalados no Paço Municipal, assegurando a continuidade da comunicação institucional com órgãos públicos, fornecedores, parceiros institucionais e a população.

A solução contempla, de forma integrada:

- Fornecedor de plataforma PABX IP baseada em tecnologia VoIP para gerenciamento centralizado da telefonia;
- Disponibilização de software para gerenciamento da plataforma IP, permitindo configuração, administração, monitoramento e controle da solução;
- Fornecedor de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema em regime de comodato, sem incorporação ao patrimônio municipal;
- Instalação, configuração, ativação e integração da solução à infraestrutura tecnológica existente no Paço Municipal;
- Disponibilização de ramais internos, recursos de transferência de chamadas, grupos de atendimento, filas, conferências telefônicas, URA e demais funcionalidades compatíveis com as necessidades da Administração;
- Prestação de suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual;
- Atualizações de software e substituição de equipamentos, quando necessárias, visando garantir elevado desempenho e disponibilidade da solução;
- Monitoramento contínuo da plataforma e atendimento às ocorrências técnicas



registradas pela Administração.

A adoção dessa solução é indispensável para assegurar:

- Comunicação eficiente entre o Gabinete da Prefeita e os diversos órgãos da Administração Municipal;
- Atendimento célere às demandas da população e das instituições públicas;
- Maior integração entre os setores administrativos do Paço Municipal;
- Continuidade dos serviços de telefonia essenciais ao funcionamento da Administração Pública;
- Redução dos custos operacionais relacionados aos serviços de telefonia convencional;
- Modernização da infraestrutura tecnológica do Município.

Considerando que a Administração Municipal não dispõe de infraestrutura tecnológica própria, equipamentos especializados, softwares específicos nem equipe técnica qualificada para implantação, gerenciamento e manutenção de sistema de telefonia IP, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa.

Adicionalmente, o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato elimina a necessidade de investimentos elevados em aquisição de ativos tecnológicos, garantindo atualização permanente da solução, manutenção contínua e substituição dos equipamentos sempre que necessário, sem custos adicionais de capital para a Administração.

A escolha da solução encontra respaldo no levantamento de mercado realizado, que identificou ampla oferta de empresas especializadas na prestação de serviços de telefonia IP, com soluções tecnológicas consolidadas, suporte técnico especializado e condições competitivas de fornecimento.

A contratação deverá observar o devido procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para promover a modernização da infraestrutura de comunicação do Paço Municipal, proporcionando maior eficiência administrativa, melhoria da comunicação institucional, racionalização dos custos operacionais e fortalecimento da capacidade de gestão do Gabinete da Prefeita do Município de Chorozinho/CE.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.	12,000	Mês
2	TELEFONIA FIXO VOIP.	12,000	Mês



7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.	12,000	Mês	85,00	1.020,00
2	TELEFONIA FIXO VOIP.	12,000	Mês	129,00	1.548,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 2.568,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise inicial do parcelamento do objeto, conforme art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, visa ampliar a competitividade (art. 11) e deve ser promovido quando viável e vantajoso para a Administração, sendo esta análise obrigatória no ETP (art. 18, §2º). Considerando a 'Seção 4 - Solução como um Todo' e os critérios de eficiência e economicidade do art. 5º, a divisão por itens, lotes ou etapas deve ser tecnicamente possível. Neste caso, o exame do objeto da contratação revela que a separação pode promover maior concorrência e eficiência na aquisição dos serviços e equipamentos envolvidos.

Na avaliação da possibilidade de parcelamento, verifica-se que o objeto permite divisão por itens, lotes ou etapas, conforme o §2º do art. 40. A indicação prévia do processo administrativo para contratação em lote sugere um cenário orientado a manter a competitividade. Existe no mercado um leque de fornecedores especializados em diferentes componentes do sistema de telefonia, podendo atender a diferentes partes da demanda. Essa configuração aprimora o aproveitamento dos fornecedores locais e traz benefícios logísticos, conforme identificado nas pesquisas de mercado, demandas dos setores e revisões técnicas realizadas.

Em uma comparação com a execução integral, embora o parcelamento seja viável, a execução integral destaca-se por garantir economia de escala e gestão contratual eficiente (art. 40, §3º, inciso I), além de preservar a funcionalidade de um sistema único e integrado (inciso II). Ademais, a execução consolidada atende à padronização e exclusividade de fornecedor (inciso III), o que reduz riscos relacionados à integridade técnica e responsabilidade. A consolidação é, assim, favorecida após uma avaliação comparativa criteriosa, em consonância com o art. 5º.

No que tange aos impactos na gestão e fiscalização, a escolha de uma execução consolidada simplifica a gestão contratual e mantém a responsabilidade técnica centralizada. Em contraste, o parcelamento, apesar de facilitar o acompanhamento de entregas descentralizadas, introduz um nível adicional de complexidade administrativa. Dado as capacidades institucionais e os princípios de eficiência previstos no art. 5º, a execução integral simplifica o controle contratual e a responsabilização administrativa, promovendo uma administração mais simplificada e



com menos riscos de gestão.

Com base nas análises apresentadas, recomenda-se a alternativa mais vantajosa à Administração: a execução integral. Esta opção é preferível, pois está alinhada à 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', maximizando a economicidade e a competitividade (arts. 5º e 11), respeitando todos os critérios estabelecidos no art. 40. Tal escolha assegura uma gestão contratual eficaz e com excelente relação custo-benefício, refletindo o planejamento estratégico da Administração.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação encontra-se prevista no PCA, como despesa regular e planejada para o exercício de 2026

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, exercício de 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 23555279000175-0-000005/2026

Data de publicação no PNCP: 27/02/2026

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de Sistema de Telefonia Digital (PABX) baseado em Servidor IP (Serviços de Telefonia VoIP), contemplando software para gerenciamento da plataforma IP, equipamentos em regime de comodato, instalação, suporte técnico e manutenção, tem como finalidade alcançar resultados que contribuam para a modernização da infraestrutura de comunicação do Paço Municipal, proporcionando maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e melhoria da comunicação institucional do Gabinete da Prefeita do Município de Chorozinho/CE.

1. Garantia da Continuidade da Comunicação Institucional

Assegurar o funcionamento contínuo, estável e eficiente dos serviços de telefonia, garantindo a comunicação entre o Gabinete da Prefeita, os diversos órgãos da Administração Municipal e os cidadãos.

Resultados esperados:

- Maior disponibilidade dos serviços de telefonia institucional;
- Melhoria da comunicação entre os setores administrativos;
- Agilidade no atendimento às demandas internas e externas;
- Redução de falhas e interrupções na comunicação oficial.

2. Atendimento Tempestivo das Demandas Administrativas

Disponibilizar sistema de telefonia com elevada confiabilidade, capaz de atender prontamente às necessidades operacionais da Administração Municipal.



Espera-se:

- Redução do tempo de resposta nas comunicações internas;
- Maior rapidez no atendimento ao público;
- Agilidade na comunicação com órgãos públicos, fornecedores e instituições parceiras;
- Melhor fluxo das informações administrativas.

Indicador:

- Índice de disponibilidade do sistema e tempo de resposta às ocorrências técnicas.

3. Modernização da Infraestrutura Tecnológica

Implantar solução moderna de telefonia digital baseada em tecnologia IP (VoIP), promovendo maior eficiência, segurança e qualidade nas comunicações institucionais.

Objetivos:

- Modernizar a infraestrutura de telecomunicações do Paço Municipal;
- Centralizar o gerenciamento dos serviços de telefonia;
- Melhorar a qualidade das chamadas e dos recursos disponíveis;
- Disponibilizar ferramentas modernas de gestão da comunicação.

4. Eficiência na Gestão Contratual

Com a contratação de empresa especializada:

- Facilita-se o acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- Garante-se suporte técnico contínuo e especializado;
- Assegura-se a manutenção preventiva e corretiva da solução;
- Promove-se maior controle sobre a infraestrutura de telefonia da Administração.

5. Forma de Execução e Aferição

A execução dos serviços compreenderá o fornecimento da solução completa, incluindo instalação, configuração, disponibilização dos equipamentos em comodato, implantação do sistema, treinamento operacional, suporte técnico e manutenção durante toda a vigência contratual.

Forma de aferição:

1. Verificação da instalação e funcionamento integral da solução contratada;
2. Avaliação da disponibilidade operacional do sistema;
3. Conferência da prestação dos serviços de suporte técnico e manutenção;
4. Verificação do atendimento aos níveis mínimos de desempenho previstos no Termo de Referência;
5. Atesto da execução pelo fiscal do contrato para fins de liquidação e pagamento.

6. Disponibilidade e Qualidade dos Serviços



DATA: 29/07/2026

AVANÇADA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTIDADE DA ASSINATURA

Indicador:

- Índice de disponibilidade da plataforma de telefonia e tempo de resolução das ocorrências técnicas.

Objetivos:

- Garantir elevado nível de disponibilidade da solução;
- Minimizar interrupções nos serviços de comunicação institucional;
- Assegurar rápida solução de falhas técnicas;
- Manter a continuidade das atividades administrativas do Paço Municipal.

7. Instrumentos de Controle e Monitoramento

Para acompanhamento da execução contratual deverão ser exigidos:

1. Relatórios periódicos de disponibilidade e funcionamento da plataforma;
2. Registros dos atendimentos técnicos realizados;
3. Controle das manutenções preventivas e corretivas;
4. Relatórios de ocorrências e respectivas soluções adotadas;
5. Avaliação periódica do desempenho da solução pelo fiscal do contrato.

8. Atendimento ao Interesse Público

A contratação visa fortalecer a infraestrutura tecnológica da Administração Municipal, garantindo comunicação eficiente entre os órgãos públicos, melhoria do atendimento à população e maior eficiência na gestão pública.

Impactos esperados:

- Maior eficiência administrativa;
- Melhoria da comunicação institucional do Gabinete da Prefeita;
- Agilidade no atendimento às demandas da população;
- Redução dos custos operacionais com telefonia convencional;
- Maior confiabilidade e disponibilidade da infraestrutura de comunicação;
- Fortalecimento da capacidade de gestão e coordenação das ações governamentais.

Conclusão

Os resultados pretendidos convergem para a modernização da infraestrutura de comunicação do Paço Municipal, assegurando maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos, melhoria da comunicação institucional, racionalização dos custos operacionais e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando



sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de 'Resultados Pretendidos', mitigando riscos e promovendo o interesse público, com base em 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado, como a instalação de infraestrutura e adequação de espaço físico, serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT, destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento assegurará os resultados previstos, segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT. Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente, alinhadas a 'Resultados Pretendidos', sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto, como em caso de objeto simples que dispensa ajustes prévios.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é recomendado para contratações destinadas ao atendimento de demandas futuras e incertas, especialmente quando não seja possível definir previamente os quantitativos a serem contratados ou quando houver necessidade de aquisições ou contratações parceladas ao longo da vigência da ata.

Entretanto, no caso concreto, opta-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando as características específicas da presente contratação, consistente no fornecimento de Sistema de Telefonia Digital (PABX) baseado em Servidor IP (Serviços de Telefonia VoIP), contemplando software para gerenciamento da plataforma IP, equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como o tráfego de chamadas locais e de longa distância entre a Rede Pública de Telefonia, destinado ao atendimento das necessidades do Paço Municipal, junto ao Gabinete da Prefeita do Município de ChoroZinho/CE.

Inicialmente, destaca-se que a Administração realizou planejamento detalhado da contratação, identificando de forma precisa a necessidade da solução tecnológica, os quantitativos de equipamentos, ramais, licenças, funcionalidades e demais requisitos técnicos indispensáveis ao pleno funcionamento do sistema de telefonia, inexistindo



demanda futura incerta que justifique a adoção do Sistema de Registro de Preços.

Ademais, trata-se de contratação com objeto único, integrado e previamente delimitado, cuja execução compreende a implantação completa da solução de telefonia IP, fornecimento dos equipamentos em comodato, instalação, configuração, treinamento operacional, suporte técnico especializado e manutenção contínua durante toda a vigência contratual, características incompatíveis com a sistemática do Registro de Preços, que se destina, em regra, a futuras contratações sucessivas.

Outro aspecto relevante consiste no fato de que a adoção do Sistema de Registro de Preços, para este objeto, não proporcionaria ganhos significativos de eficiência administrativa ou economicidade, podendo, inclusive:

- Tornar mais complexa a gestão contratual da solução tecnológica;
- Dificultar o acompanhamento da implantação e da execução dos serviços especializados;
- Gerar risco de subutilização da Ata de Registro de Preços;
- Exigir controles administrativos adicionais incompatíveis com a natureza da contratação.

Além disso, considerando que a solução deverá permanecer em funcionamento contínuo durante toda a vigência contratual, com prestação permanente de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, atualização tecnológica e fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, mostra-se mais adequada a celebração de contrato administrativo específico, permitindo maior controle da execução, fiscalização eficiente e acompanhamento permanente do desempenho da solução implantada.

Importa ressaltar, ainda, que o mercado de soluções de telefonia IP apresenta ampla concorrência, com diversas empresas especializadas aptas ao fornecimento de sistemas PABX IP, serviços VoIP, softwares de gerenciamento e equipamentos em comodato, assegurando ampla competitividade ao procedimento licitatório mesmo sem a utilização do Sistema de Registro de Preços.

Dessa forma, considerando que a contratação possui objeto determinado, quantitativos previamente definidos, execução contínua e necessidade de implantação de solução tecnológica integrada, conclui-se que a realização de procedimento licitatório específico representa a alternativa mais eficiente, econômica e compatível com o interesse público.

Assim, a não adoção do Sistema de Registro de Preços encontra-se devidamente motivada, observando o planejamento administrativo realizado e os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO



A análise da viabilidade da participação de consórcios na contratação do sistema de telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP (serviços de telefonia VOIP) deve levar em consideração critérios técnicos, operacionais, administrativos e jurídicos. A participação de consórcios é geralmente admitida conforme estabelecido no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, salvo vedação fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme art. 18, §1º, inciso I. No contexto atual, a natureza do objeto da contratação, que envolve fornecimento contínuo e comodato de equipamentos, sugere uma abordagem focada na simplicidade operacional e na eficiência administrativa.

Embora a participação de consórcios possa parecer uma oportunidade para o somatório de capacidades técnicas e financeiras, mais adequada para projetos de alta complexidade técnica, a especificidade da demanda do Paço Municipal, junto ao Gabinete da Prefeita do Município de Chorozinho/CE, por um sistema de telefonia digital (PABX) com soluções VOIP, não demanda uma combinação de múltiplas especialidades que justifiquem essa formação. A análise de mercado indica que a contratação de um fornecedor único pode garantir maior eficiência e economicidade, evitando a complexidade na gestão de um consórcio e potencial aumento nos custos relacionados à administração e fiscalização do contrato.

Além disso, conforme o art. 5º, a contratação deve sempre perseguir a eficiência e a segurança jurídica. O impacto potencial da participação de consórcios, que implica compromisso de constituição, escolha de empresa líder e responsabilidade solidária, poderia aumentar a complexidade sem oferecer ganhos proporcionais em eficiência ou economicidade. A vedação à formação de consórcios é, portanto, mais adequada, considerando que um fornecedor único pode cumprir de forma satisfatória com as necessidades institucionais, proporcionando uma execução mais direta e controlada do contrato.

Assim, a vedação da participação de consórcios alinha-se adequadamente aos resultados pretendidos pela Administração Pública, garantindo que a contratação atenda plenamente ao interesse público e se mantenha coerente com o planejamento e as normas legais estabelecidas. Esta abordagem sustenta a decisão com base no ETP e nas condições do art. 15, privilegiando a eficiência e a segurança jurídica, demonstrando clara vantagem através do levantamento de mercado e as condições operacionais da Administração.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Na elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP), a análise de contratações correlatas e interdependentes é crucial para assegurar que o planejamento da contratação observe os princípios de eficiência e economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Essa análise visa identificar contratações com objetos semelhantes ou complementares à solução proposta, garantindo que o processo de aquisição ocorra de forma harmônica e coordenada com outras iniciativas da Administração Pública. A consideração de contratações interligadas ou dependentes permite aproveitar economias de escala, evitar duplicidades, sobreposições ou lacunas no



serviço e contribuir para a padronização e eficácia dos recursos públicos, como enfatizado pelo art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Durante a avaliação para a contratação do sistema de telefonia VoIP para o Paço Municipal de Chorozinho/CE, foi verificado se há contratações passadas, em andamento ou planejadas que possam se relacionar com esta solução em termos técnicos, logísticos ou operacionais. A análise revelou que não há contratos em vigor que atendam especificamente à configuração técnica e operacional desta solução digital de telefonia que demanda infraestrutura específica de servidor IP. Ademais, não foram identificadas contratações futuras previstas no Plano de Contratação Anual (PCA) que possam ser consolidadas ou que exijam modificações nesta contratação. Foi também assegurado que o fornecimento dos serviços propostos não depende de ajustes em contratos existentes, uma vez que os processos técnicos e a infraestrutura atual suportam a transição com minimização de riscos de continuidade operacional.

Conclusivamente, a avaliação não apontou a necessidade de alterações nos quantitativos ou nos requisitos técnicos estabelecidos em decorrência de contratações correlatas ou interdependentes. Não havendo contratações complementares ou requisitantes previamente articuladas, a necessidade atual é independente e será regulada sob especificações autônomas. Este resultado será detalhado e fundamentado na seção 'Providências a Serem Adotadas' para garantir a execução eficiente e o alinhamento com nosso planejamento estratégico, conforme estipulado no §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação do sistema de telefonia digital baseado em servidor IP (VoIP), em comodato, são considerados ao longo de seu ciclo de vida, de acordo com o art. 18, §1º, inciso XII da Lei 14.133/2021. A geração de resíduos eletrônicos e o consumo energético durante a operação do sistema destacam-se como principais impactos, exigindo a antecipação e contemplação de medidas sustentáveis conforme os requisitos de eficiência e sustentabilidade (art. 5º). O levantamento de mercado indica a adoção de soluções tecnológicas que minimizem a pegada ecológica, como equipamentos com selo Procel A, reduzindo o consumo energético e promovendo o uso eficiente de recursos naturais (art. 12).

A análise do ciclo de vida do sistema reflete preocupações sobre a emissão de gases e o uso intensivo de recursos, apontando para a necessidade de práticas sustentáveis, como a implementação de um programa de logística reversa para aparelhos e componentes obsoletos, alinhado ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A promoção de insumos biodegradáveis, quando aplicáveis, e o encaminhamento de resíduos para reciclagem adequam-se às diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação, equilibrando as dimensões econômica, social e ambiental.

Além disso, as medidas propostas incluem a consideração de manutenção e atualização tecnológica contínua, visando à inclusão formal no termo de referência, de



acordo com o disposto no art. 6º, inciso XXIII. A abordagem de mitigação assegura que as operações do sistema de telefonia estejam alinhadas aos objetivos de competitividade e à proposta mais vantajosa para a administração (art. 11), sem criar barreiras indevidas, considerando também a capacidade administrativa para implementação e possíveis licenciamentos ambientais. Conclui-se que as medidas mitigadoras são **essenciais** para reduzir impactos, otimizar recursos e atender aos resultados pretendidos, assegurando a sustentabilidade e eficiência no marco normativo da Lei 14.133/2021 (art. 5º).

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na análise detalhada realizada ao longo do Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a contratação proposta para o fornecimento de sistema de telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP e serviços de telefonia VOIP é viável e vantajosa para atender às necessidades de comunicação institucional do Paço Municipal de ChoroZinho. A avaliação técnica, econômica e operacional evidencia que a adoção da tecnologia VOIP proporcionará maior eficiência, qualidade e segurança nas comunicações, em alinhamento com os princípios de eficiência e interesse público, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A opção por equipamentos em regime de comodato elimina a necessidade de aquisição de infraestrutura própria, assegurando atualização tecnológica e suporte técnico permanente durante a vigência do contrato.

O levantamento de mercado revelou que a contratação atende às condições econômicas e legais estabelecidas, garantindo economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. As estimativas de quantidade e valor seguem critérios objetivos e estão alinhadas ao planejamento estratégico da Administração, conforme art. 11 e art. 40 da mesma Lei, sendo essenciais para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Gabinete da Prefeita do Município de ChoroZinho.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se imprescindível para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas do Gabinete, contribuindo para a eficiência da gestão pública e o atendimento ao interesse público. Em conclusão, recomenda-se a continuidade do processo licitatório, com a implementação das ações corretivas necessárias apenas se houver evolução tecnológica significativa ou alterações regulamentares que demandem replanejamento. Em casos de desenvolvimento inusitado no mercado, recomenda-se a abertura para revisão de condições contratuais, sempre resguardando a otimização dos recursos e o zelo pelo bem público, tal como orienta o art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.



Chorozinho / CE, 29 de julho de 2026

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente

IGOR DA SILVA ALBANO
PRESIDENTE

assinado eletronicamente

MIKAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
MEMBRO

assinado eletronicamente

MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES
MEMBRO



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
DATA: 29/07/2026
AVANÇADA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2026.08.11.089-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.06.26.002

A(O) Gabinete do Prefeito, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Item, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

DADOS DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão de julgamento das propostas:

14 de agosto de 2026

Link:

<https://compras.m2atecnologia.com.br/>

Horário de julgamento das propostas:

14:00 Hs

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Item, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.	12.0	Mês
CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.			
2	TELEFONIA FIXO VOIP.	12.0	Mês
TELEFONIA FIXO VOIP.			

1.2.1. Havendo mais de um Item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



3. INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. conter vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



5.1.1. Habilitação Jurídica

a) cópia de documento oficial com foto e do Cadastro de Pessoa Física - CPF do Titular, no caso de firma individual ou do (s) sócio (s), quando se tratar de sociedade;

b) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e aditivos em vigor, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

5.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens, caso haja necessidade de realização de diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

c.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;



7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta.

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Gabinete do Prefeito e no(s) endereço(s) eletrônico(s) <https://chorozinho.ce.gov.br/>.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Chorozinho/CE, 11 de agosto de 2026

assinado eletronicamente
Igor Da Silva Albano
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



ANEXO I - PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2026.08.11.089-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.06.26.002

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP (SERVIÇOS DE TELEFONIA VOIP), CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO DESTINADA AO TRÁFEGO DE CHAMADAS LOCAIS E LONGA DISTÂNCIA ENTRE A REDE PÚBLICA DE TELEFONIA, EM CARATER COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PAÇO MUNICIPAL, JUNTO AO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE.

1.2. A contratação será dividida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.	12.0	Mês
CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.			
2	TELEFONIA FIXO VOIP.	12.0	Mês
TELEFONIA FIXO VOIP.			

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 2.568,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. APRESENTE CONTRATAÇÃO TEM POR FINALIDADE ATENDER ÀS NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO PAÇO MUNICIPAL, JUNTO AO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE, POR MEIO DO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP (VOIP), CONTEMPLANDO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA, EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO E SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO TRÁFEGO DE CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA. A ADOÇÃO DA TECNOLOGIA VOIP PROPORCIONA MAIOR EFICIÊNCIA, QUALIDADE E SEGURANÇA NAS COMUNICAÇÕES, PERMITINDO O GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DAS LINHAS TELEFÔNICAS,

REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS, AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E MAIOR CONFIABILIDADE NA COMUNICAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A POPULAÇÃO, BEM COMO COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS E INSTITUIÇÕES. ALÉM DISSO, A DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO ELIMINA A NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRÓPRIA, GARANTINDO ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS SEM INTERRUPÇÕES. DESSA FORMA, A CONTRATAÇÃO MOSTRA-SE NECESSÁRIA E JUSTIFICADA PARA ASSEGURAR O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DA PREFEITA, CONTRIBUINDO PARA A EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA, A MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação. O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos

os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II

O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Prazo e execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

5.1.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pelo(a) Gabinete do Prefeito para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dezs) dias úteis da prestação do serviço.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo(a) Gabinete do Prefeito, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

5.1.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto Básico.

5.1.4. Se no ato da entrega do(s) serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right)$
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Gabinete do Prefeito, na classificação econômica 0201.04.122.0058.2.003 - Gerenciamento do Gabinete do Prefeito, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903993 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 2.568,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais); .

Chorozinho/CE, --

**IGOR DA SILVA ALBANO
RESPONSÁVEL**

APROVO o Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

**IGOR DA SILVA ALBANO
ORDENADOR(A) DE DESPESAS**

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2026.08.11.089-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.06.26.002

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
GABINETE DO PREFEITO E

O(A) GABINETE DO PREFEITO, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) IGOR DA SILVA ALBANO, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CPF/CNPJ, sediado(a) no(a), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito no CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 2026.06.26.002 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2026.08.11.089-DL, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP (SERVIÇOS DE TELEFONIA VOIP), CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO DESTINADA AO TRÁFEGO DE CHAMADAS LOCAIS E LONGA DISTÂNCIA ENTRE A REDE PÚBLICA DE TELEFONIA, EM CARATER COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PAÇO MUNICIPAL, JUNTO AO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO/CE., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.	12.0	Mês		
CONVERSOR DE PROTOCOLO IP - ATA.					
2	TELEFONIA FIXO VOIP.	12.0	Mês		
TELEFONIA FIXO VOIP.					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....), conforme abaixo especificado:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Gabinete do Prefeito, na classificação abaixo: 0201.04.122.0058.2.003 - Gerenciamento do Gabinete do Prefeito, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903993 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, R\$ 2.568,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais);

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2026.08.11.089-DL.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de dispensa eletrônica nº 2026.08.11.089-DL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Proejetto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2026.08.11.089-DL.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Elrônica de Licitação nº

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Chorozinho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CHOROZINHO/CE, de de 20.....

GABINETE DO PREFEITO
CNPJ/MF Nº 23.555.279/0001-75
IGOR DA SILVA ALBANO
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADO
CPF/CNPJ Nº XXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.